

Grupos de Cidadãos Eleitores – Movimentos Autárquicos Independentes

A/C: **Grupos Cidadãos Independentes**

das Câmaras Municipais

das Assembleias de Freguesias

das Assembleias Municipais

Assunto: *Alteração da Lei Eleitoral*

Anexo: Lei Orgânica nº 1-A/2020 de 21 agosto

Caros Cidadãos,

Membros Autárquicos Independentes,

Grupos de Cidadãos Eleitores,

Como já temos vindo a referir em anteriores comunicações, a AMAI – Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes, desde 2010, tem defendido e realizado um conjunto de diligências para salvaguardar os direitos de igualdade dos candidatos e/ou eleitos independentes aos diversos cargos políticos das eleições autárquicas.

O número de candidaturas e dos eleitos independentes nas autárquicas, nos últimos 10 anos, tem crescido a um ritmo muito elevado na defesa de uma democracia para os órgãos de gestão autárquicos, mas que ainda assim, continuam a existir desigualdades na Lei Eleitoral que não se coadunam com “democracia”, entre exigências e desigualdades de candidaturas entre GCE e Partidos.

Deste modo, chamamos a V/ melhor atenção para todos os GCE, eleitos e não eleitos, ou aqueles que estejam interessados em constituir um novo GCE, (e que muitos ainda não se aperceberam e desconhecem esta última alteração da Lei Eleitoral), que desta vez há um fosso e um retrocesso inexplicáveis em prejuízo dos GCE, sobretudo ao nível das Assembleias de Freguesia.

Queremos informar que a AMAI, desde o início que teve conhecimento desta alteração, em pleno mês de agosto, sem que houvesse qualquer audição dos

Grupos de Cidadãos Eleitores – Movimentos Autárquicos Independentes

Representantes dos Movimentos Independentes, tem-se insurgido contra esta alteração da Lei e iniciou de imediato contatos com as mais altas instâncias com poderes para tal, no sentido de travar a sua aplicação, que implica muitas dificuldades para o lado dos Independentes, ou de que a mesma seja revista antes da data das próximas eleições autárquicas.

Brevemente daremos conta dos resultados destas audiências e das suas conclusões e, se caso for, tomaremos iniciativas de forma a pedir a inconstitucionalidade da Lei Eleitoral, ou de juntar todos os movimentos independentes e pressionar a Assembleia da República e Governo para exigir igualdade de direitos nas próximas Eleições.

Com os nossos respeitosos cumprimentos.

A Direção Nacional da AMAI